



José Cruz/Senado Federal

Lúcia Vânia, presidente da CI, ouve exposição do ministro dos Transportes

## Paulo Passos justifica aumento de gastos com PAC rodoviário

Ministro dos Transportes afirma, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que previsão de despesas maiores com as rodovias diz respeito a atualização de preços inicialmente estimados. **4**

## Faixa de fronteira espera por incentivo ao desenvolvimento **8**



Márcia Kallume/Senado Federal

Acir Gurgacz (E), Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga recebem Aldo Rebelo

## Aldo: maior impasse do Código Florestal é produção nas APPs

Relator na Câmara dos Deputados diz, em audiência conjunta da CRA, CMA e CCT, que regulamentação de atividades produtivas em áreas de preservação permanente (APPs) é o desafio. **5**

## CAE aprova inclusão de novos setores no Simples **6**

## Estágio no governo pode exigir concurso **7**

# Novo rito das MPs passa em 1º turno

Proposta recebeu a aprovação unânime dos 60 senadores presentes à sessão de ontem. Votação em 2º turno pode ser hoje



Luiz Alves/Senado Federal

Relator Aécio Neves elogia em discurso o texto de consenso construído a partir da PEC de José Sarney (ao fundo)

A mudança na fórmula de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional foi aprovada ontem, em primeiro turno, pelo Plenário do Senado. O texto é originário de PEC apresentada por José Sarney e amplamente debatida

na CCJ. As principais novidades são os prazos de tramitação em cada Casa do Congresso, permitindo que o Senado não esteja constantemente pressionado a votar as MPs a poucos dias de seu prazo de validade. Segundo turno de votação deve ocorrer hoje. **3**

## Mercado de TV por assinatura é aberto às empresas de telefonia

Walter Pinheiro (de pé, conversando com Delcídio do Amaral e Cyro Miranda) foi o relator do projeto. Oposição anunciou que acionará o STF



Luiz Alves/Senado Federal

## Processos com testemunhas ou vítimas ganham prioridade **3**



Lin de Paula/Senado Federal

Relator e presidente da CPI do Ecad, os senadores Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues (3º e 4º, a partir da esq.) ouviram o compositor Leoni e o cantor e ex-deputado federal Frank Aguiar (D)

## Artistas criticam Ecad, mas discordam de fechamento da entidade **7**

Criação das novas unidades é anunciada pela presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia de lançamento da terceira fase da Rede Federal de Educação Superior

# País terá mais 4 universidades e 208 institutos tecnológicos

O BRASIL VAI ganhar até 2014 mais quatro universidades federais e a abertura de 47 novos campi, além de 208 novas unidades dos institutos federais de educação profissional e tecnológica.

O anúncio foi feito ontem pela presidente Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento, no Palácio do Planalto, da terceira fase do programa de expansão da Rede Federal de Educação Superior, que teve as presenças do presidente do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, além de senadores e deputados da base do governo. As novas universidades federais serão instaladas no Pará, na Bahia e no Ceará.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) com-

emorou a criação de uma nova universidade no Ceará e assinalou que a medida contribuirá para melhorar a oferta de mão de obra no estado.

A senadora Ana Rita (PT-ES) também elogiou a nova fase do programa. Para ela, a medida vai

contribuir para reduzir a carência de vagas no ensino profissionalizante e melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Também participaram da solenidade ministros de estado, governadores, prefeitos e reitores de universidades federais.



Dilma recebe Daniel Iliescu, da UNE, ao lado de Gleisi, Sarney, Temer, Marco Maia e Haddad

## PR deixa base do governo, anuncia Alfredo Nascimento



Luiz Alves/Senado Federal

A declaração de independência do PR da base de sustentação ao governo é uma decisão madura e traduz o entendimento dos deputados e senadores do partido, declarou ontem Alfredo Nascimento (PR-AM), que deixou em julho o cargo de ministro dos Transportes, depois de denúncias de irregularidades na pasta.

O senador disse que o PR abriu mão de todos os cargos no governo federal. Ele elogiou o atual ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, filiado ao partido. Afirmou, no entanto, que o PR não reconhece no ministro um representante seu no governo. Paulo Sérgio Passos foi secretário-executivo de Nascimento no Ministério dos Transportes. Segundo o parlamentar, o PR vai continuar a participar de "modo construtivo" das pautas nacionais.

## Mário Couto critica veto de Dilma a reajuste de pensões



Luiz Alves/Senado Federal

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a presidente Dilma Rousseff por ter vetado dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que garantiria ganhos reais – reajuste acima da inflação de 2012 – para aposentados e pensionistas que recebem

acima de um salário mínimo. O senador conclamou os aposentados e pensionistas de todo o país a protestar contra a decisão de Dilma. Ele disse que a presidente rompeu o acordo firmado com os cidadãos, com os parlamentares e com as centrais sindicais. – Mais uma vez fomos enganados! Mais uma vez fomos enganados, aposentados do meu querido Brasil, mais uma vez, mas não vamos nos calar, não vamos, de forma alguma, deixar de lutar pelos irmãos brasileiros que sofrem nesta pátria – afirmou.

## Diretoria-Geral divulga nota sobre aluguel de carros

A Diretoria-Geral do Senado divulgou ontem nota em que explica a continuidade de procedimentos com vistas ao aluguel de carros para uso dos senadores em substituição à frota própria. Veja a íntegra da nota:

Hoje, 16 de agosto de 2011, às 15h, ocorreu a sessão pública de continuidade do Pregão Presencial 104/11, destinado à contratação da locação dos veículos de uso dos parlamentares. Na sessão, divulgou-se a decisão do recurso impetrado por uma das licitantes e da denúncia de que a licitante declarada vencedora tinha em seu quadro societário servidor do Senado Federal.

A decisão da Diretoria-Geral tem a seguinte parte dispositiva:

Diante de todo o exposto:

- a. dou parcial provimento ao recurso da UZÊDA para, em face da caracterização do conluio, desclassificar as licitantes ROSÁRIO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA e a QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA; e
- b. nego provimento ao recurso na parte que impugna a participação da LM TRANSPORTES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, por considerar legítima a representação da empresa.

No que tange à denúncia de participação de servidor do Senado no quadro societário, o pregoeiro deliberou pela desclassificação da licitante ROSÁRIO.

Sobre esse ponto específico, a Diretoria-Geral destacou em sua decisão que:

“... sob o ponto de vista meramente normativo, esta Diretoria-Geral entende que a vedação do inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93 também alcança os servidores licenciados do Senado Federal.”

Comunicada a decisão aos licitantes, o pregoeiro passou ao exame da documentação de habilitação da empresa classificada em terceiro lugar – a LM TRANSPORTES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – que ofertou o Renault Fluence, pelo valor unitário mensal de R\$ 1.990,00. Considerada conforme a documentação, foi declarada vencedora.

A licitante Uzêda manifestou a intenção de recorrer quanto às certidões, que, segundo alega, foram apresentadas de forma incompleta. O pregoeiro abriu o prazo de três dias para a apresentação das razões de recurso.

Em seguida, a recorrida terá três dias para as suas considerações, independentemente de nova intimação. Só então o recurso será decidido pela administração.

Posteriormente será marcada nova sessão de continuação, para a divulgação da decisão do recurso.

Diretoria-Geral do Senado Federal



Luiz Alves/Senado Federal

O compositor Tim Rescala participa de seminário sobre financiamento da cultura

## Após seminário, frente promove ato por projetos na área cultural

A Frente Parlamentar Mista da Cultura promove hoje, às 11h, na Câmara, um ato para pedir a votação de projetos de lei relacionados ao setor.

O grupo, presidido pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e que tem o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) como vice-presidente, defende quatro propostas: a que institui o vale cultura (PL 5.798/09), a que estabelece um gasto orçamentário mínimo na área (PEC 324/01), a

que cria o Sistema Nacional de Cultura (PEC 416/05) e a que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura) e altera as regras de financiamento (PL 6.722/10). Ontem, a frente realizou seminário no auditório do Interlegis, no Senado, sobre alterações na Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Além de parlamentares, participaram Ney Piacentini e Tim Rescala, representantes da classe artística.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h50 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário PEC dos Precatórios

16h Discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 63/11) que modifica a Emenda Constitucional 62/09, para ampliar o prazo de adesão ao chamado regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012.

### Presidência Ministra da Igualdade Racial

11h30 Audiência com a ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

### CCT Advertência sobre consumo de álcool

9h Integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática reúnem-se hoje para discutir o Projeto de Lei do Senado 151/07, que torna obrigatória a inclusão de mensagens de advertência nas embalagens e nos rótulos dos recipientes de bebidas alcoólicas.

### CAS Regulamentação do direito de greve

10h A Comissão de Assuntos Sociais aprecia vários projetos de lei, entre os quais o que define os serviços ou atividades essenciais que devam ser preservados em caso de greve.

### CI Indicação para o Dnit

9h30h A Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para apreciar mensagem da Presidência da República com indicação dos novos diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

### CCJ Reforma política

10h A Comissão de Constituição e Justiça volta a discutir proposições para o aperfeiçoamento da legislação política e eleitoral. Um dos projetos prevê cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

### CE Recursos para a educação

10h A Comissão de Educação ouviu Thiago Mello Peixoto da Silveira, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, além de integrantes do Tribunal de Contas da União, do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

### Segurança Créditos suplementares

14h30 A Comissão Temporária Externa sobre as Ações da Política Nacional de Segurança Pública se reúne para discutir seu plano de trabalho e apreciar requerimentos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Luiz Alves/Senado Federal

Relator do projeto, Suplicy defende a integridade física dos denunciadores

## Rapidez nas ações com testemunhas protegidas

O Senado aprovou ontem projeto de lei que dá prioridade de tramitação a inquéritos e processos penais em que figurarem testemunhas ou vítimas protegidas pelo Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas (PLC 86/07). A proposta, de autoria do Executivo, foi aprovada em 2007 na Câmara e segue agora para sanção presidencial.

O projeto, que teve como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), acrescenta um artigo à Lei 9.807/99, que estabeleceu o programa em julho de 1999. Suplicy alertou que a demora nos processos vinha fazendo com que a vida e a integridade física dos denunciadores permanecessem ameaçadas por um período muito longo.

Outra vantagem apontada pelo relator será a economia para os cofres públicos, já que os colaboradores do programa poderão ficar menos tempo sob a proteção do governo, possibilitando que outras testemunhas possam ser beneficiadas pelo programa.

O projeto também define que os depoimentos dessas testemunhas serão feitos prioritária e antecipadamente.

– São inúmeras vantagens – enfatizou Suplicy.

Após a votação da matéria, o presidente do Senado, José Sarney, destacou os benefícios decorrentes de sua aprovação para a proteção de autoridades judiciais, ameaçadas de morte por bandidos, em casos semelhantes, por exemplo, ao da juíza Patrícia Acioli, recentemente assassinada em Niterói (RJ).

Depois de intensas discussões, Plenário ratifica, com a unanimidade dos 60 senadores presentes, o texto de consenso construído na CCJ. Como prazos de interstício foram dispensados, votação em 2º turno pode acontecer ainda hoje

# Senado aprova em 1º turno mudanças na tramitação de medidas provisórias

O SENADO APROVOU ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 11/11, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional. A PEC do senador José Sarney (PMDB-AP) foi aprovada por unanimidade, com a presença de 60 dos 81 parlamentares.

Na semana passada, foi aprovada a dispensa de interstício de cinco sessões de discussão em Plenário antes de a PEC ser votada. A votação da matéria em segundo turno ficou para a próxima sessão deliberativa, hoje.

A principal novidade da PEC 11/11 é a mudança na divisão do prazo de tramitação das medidas provisórias entre as duas Casas do Congresso Nacional. Pelo texto, os 120 dias de tramitação de uma MP no Congresso, previstos na Constituição, passam a ser divididos em 80 dias na Câmara dos Deputados e 30 dias no Senado. Outros dez dias são dados à Câmara para a apreciação de possíveis emendas apresentadas no Senado. A con-

tagem desses prazos é suspensa durante o recesso parlamentar.

Para o relator da proposta e autor do substitutivo votado, Aécio Neves (PSDB-MG), o Senado aprovou uma mudança “de extraordinária importância” para o futuro da Casa e para as relações com o Poder Executivo. Aécio ressaltou também o longo debate sobre o tema no Senado.

– Construímos ao longo dos últimos meses, após longa e exaustiva discussão, consenso em torno de um texto que não é mais do autor da proposta ou do relator, mas desta Casa. Desde o início dessa discussão, busquei defender a tese de que não

se poderia tratar a matéria como um embate entre oposição e governo. Ao contrário, era um momento único, histórico, para que o Poder Legislativo resgatasse, pelo menos em parte, as suas atribuições – afirmou o senador.

Aécio Neves destacou, entre os pontos que considerou mais importantes na PEC 11/11, o fim, agora constitucional, dos chamados contrabandos nas medidas

provisórias. Os “contrabandos” ou “penduricalhos” são matérias alheias ao objeto principal da MP, incorporadas a ela no Congresso e que, por falta de tempo, estavam sendo votadas no Senado sem discussão.

## Pauta trancada

Outra mudança prevista na PEC 11/11 trata do regime de urgência das MPs. Pela regra atual, a medida passa a trancar a pauta 45 dias após a data de sua publicação, seja qual for a Casa em que esteja tramitando. O que ocorre geralmente é esse prazo se esgotar ainda na Câmara e a MP chegar ao Senado trancando a pauta de votações dos senadores. O novo texto prevê prazos distintos para a urgência na apreciação das MPs. Na Câmara, ela passa a sobrestar a pauta depois de 70 dias na Casa. Já no Senado, somente após o 20º dia de tramitação.

Ponto de grandes divergências entre os senadores, a responsabilidade pelo julgamento prévio da admissibilidade das MPs ficou a cargo das comissões de Constituição e Justiça de cada uma das Casas. Câmara e Senado terão até dez dias, dentro de seus novos prazos regimentais, para



Luiz Alves/Senado Federal

Aécio Neves, relator: momento para Legislativo resgatar suas atribuições

analisar a relevância e urgência da medida provisória. Da decisão da CCJ cabe recurso, que deve ser apresentado ao Plenário com assinaturas de 1/10 dos integrantes da respectiva Casa – 52 deputados no caso da Câmara e nove senadores no Senado.

**Principal novidade é mudança na divisão do prazo de tramitação das MPs na Câmara e no Senado**

## Senadores destacam consenso que permitiu aprovação

Vários senadores presentes em Plenário elogiaram a iniciativa do presidente da Casa, José Sarney, de apresentar a PEC 11/11, e o trabalho do relator, senador Aécio Neves, de elaborar um texto de consenso. A proposta não foi a ideal, mas pode ser considerada uma conquista importante, concordaram.

Para o senador José Agripino (DEM-RN), a PEC contém “avanços importantes que prestigiam as duas Casas do Congresso Nacional”.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), por sua vez, declarou que

a PEC vem resolver o problema de inexistência de prazos para apreciação das MPs no Senado, o que estava criando uma crise na Casa. Já Mário Couto (PSDB-PA) comemorou a aprovação da proposta.

Os senadores mencionaram ainda a necessidade de se fazer um trabalho de sensibilização junto aos deputados federais para que também aprovem a proposta.

A PEC 11/11 segue para a Câmara dos Deputados após a votação em segundo turno no Senado.

## Acordo foi construído a partir de relatório inicial de Aécio Neves

A PEC 11/11 foi apresentada pelo senador José Sarney em março deste ano. O projeto original previa a divisão dos 120 dias de tramitação das MPs em 55 dias para cada uma das Casas mais dez dias para revisão. A proposta também proibia a reedição de MPs rejeitadas ou com validade encerrada antes de sua apreciação e extinguiu a comissão mista para análise das medidas.

Em seu primeiro relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Aécio Neves ampliou as mudanças no rito da MPs, vetan-

do a inclusão de assuntos alheios ao tema central, estabelecendo prazos de 60 dias para a Câmara e de 50 dias para o Senado e criando uma comissão mista permanente, de 12 deputados e 12 senadores, para análise da admissibilidade das matérias. O texto de Aécio foi aprovado por unanimidade na CCJ em abril. No Plenário, no entanto, a proposta encontrou resistências.

A principal crítica referia-se à criação da comissão mista, com poderes de rejeitar a MP. O texto do acordo final não inclui comissão mista permanente.

## Nova Lei do Audiovisual abre mercado de TV por assinatura às teles e vai à sanção

Vai à sanção presidencial projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado que abre o mercado de TV por assinatura às empresas de telefonia. O projeto (PLC 116/10) cria um novo marco legal para esse mercado, além de prever o estabelecimento de cotas de conteúdo nacional e independente nos canais e pacotes de TV por assinatura.

A oposição já prometeu entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal por acreditar que, ao atribuir novas competências à Agência Nacional de Cinema (Ancine), o Congresso legislou sobre matéria de iniciativa exclusiva do Executivo.

O texto, que tramitou em regime de urgência e foi relatado

pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), unifica as regras de todos os tipos de TV por assinatura. Hoje, a regulamentação da TV paga é feita com base na

tecnologia de distribuição – por cabo, via satélite e micro-ondas, entre outras.

Com a inclusão das empresas de telefonia, poderão ser ofere-

cidos pacotes convergentes, ou seja, incluindo TV, telefonia e acesso à internet. A Lei do Cabo perde eficácia.

Oposição e situação divergem

quanto à possibilidade de participação do capital estrangeiro no projeto. Para Demóstenes Torres (DEM-GO), com a aprovação, o capital estrangeiro estará “totalmente banido”. Já para Walter Pinheiro, a nova lei permitirá a participação, com abertura em etapas que antes eram vedadas.

– O capital [estrangeiro] não está banido. Pode participar da distribuição, coisa que não podia antes, mas não vai poder quebrar as regras existentes no país. Na área de radiodifusão, continua valendo o dispositivo constitucional, 30%. Na área das teles, a mesma coisa, não pode ter mais que 49,99% do capital das empresas – explicou o relator.



Waldemir Borges/Senado Federal

José Sarney, ao lado de Geovani Borges, preside sessão deliberativa. Walter Pinheiro (D) defende nova regulamentação

O aumento nas projeções de gastos com rodovias, de R\$ 58 bilhões para R\$ 71 bilhões, refere-se à atualização de valores antes apenas estimados

# Ministro justifica despesas com PAC rodoviário

O MINISTRO DOS Transportes, Paulo Sérgio Passos, minimiza a importância da projeção de aumento dos investimentos de obras da pasta enquadradas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 58 bilhões para R\$ 71 bilhões. Questionado a respeito por senadores da oposição em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ele salientou ontem que o adicional não se refere a orçamento aprovado, tratando-se da atualização de valores de obras com preços iniciais fixados apenas com base em estimativas.

Paulo Passos observou, porém, que o pacote inclui projetos ainda sob avaliação técnica que podem ser alvos de cortes e também aguardar momento mais favorável das contas públicas para serem iniciados. O aumento das despesas do PAC rodoviário entrou em evidência a partir de discurso do ex-ministro Alfredo Nascimento ao reassumir o cargo de senador, em julho.

– Não seríamos loucos de aumentar despesas para dimensão de execução incompatível com o orçamento de cada ano e com a capacidade fiscal do país. Não vamos fazer nenhum gesto tresloucado nessa direção – afirmou.

O ministro também negou irregularidades na liberação de R\$ 78 milhões de recursos suplementares para a recuperação de trechos de três rodovias incluídas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em lista de obras com irregularidades graves. Antes, afirmou que costuma haver confusão em relação ao bloqueio de recursos para obras enquadradas nessas condições. Observou que isso só acontece quando a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina e acata o parecer final do TCU, mas que



Cyro Miranda, Valdir Raupp, Romero Jucá, Roberto Requião, Demóstenes Torres e Pedro Taques ouvem Alvaro Dias (atrás): explicações satisfizeram governistas

antes ou depois disso as irregularidades podem ser sanadas e o impedimento, suspenso.

– Não havia nenhum impedimento para a suplementação de recursos quando isso foi feito.

## Aditivos

Quanto aos aditivos contratuais, Paulo Passos admitiu que essa prática é frequente, mas não significa necessariamente irregularidade. O problema decorreria da contratação de obras baseadas em projetos básicos, e não de executivos, como ele próprio considerou desejável. Com isso, há necessidade de revisões para atender exigências técnicas não previstas. As revisões nos projetos decorrem, segundo ele, de problemas relevantes discutidos a partir da construtora e do engenheiro residente, até chegar à diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em instância final.

– Ninguém faz um aditivo de uma canetada só. Existe toda uma cadeia de decisões relacionada a esses termos – afirmou o ministro.



Ao lado de Blairo Maggi (D), Lúcia Vânia preside a audiência na CI: para ela, ministro (E) agiu com boa-fé ao falar à comissão

## Em discurso, Nascimento nega irregularidades em sua gestão

Paulo Passos foi convidado a esclarecer denúncias de superfaturamento em contratos da pasta, especialmente de obras do Dnit. A crise derrubou nas últimas semanas 27 gestores no ministério, inclusive o titular, senador Alfredo Nascimento, que havia sido indicado ao cargo pelo PR. Passos era o secretário executivo.

Depois da saída de Nascimento, líderes do PR declararam que as irregularidades no ministério aconteceram quando Paulo Pas-

sos ficou no comando da pasta no ano passado, durante os dez meses em que o titular esteve fora para participar da campanha eleitoral. No discurso que marcou seu retorno ao Senado, o próprio Nascimento levantara dúvidas a respeito da evolução das despesas do PAC.

– Quando saí, o PAC do Ministério dos Transportes significava um pacote de investimentos de R\$ 58 bilhões. Quando retornei, já estava em R\$ 72 bilhões – destacou Alfredo Nascimento.

## Oposição confronta ministro sobre “faxina ética”

Senadores da oposição entenderam que o tom do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, ao negar irregularidades no âmbito da pasta, contrastou com o rigor adotado pela presidente Dilma Rousseff, que demitiu 27 gestores da área e pediu uma “faxina” no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

– Se o senhor estiver absolutamente correto, a presidente Dilma estaria incorreta ao fazer as demissões – comentou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), que requereu a audiência.

Demóstenes Torres (DEM-GO) mencionou a saída do ex-ministro Alfredo Nascimento e chegou a dizer que a presidente Dilma “jogou fora quase que a totalidade do órgão”, numa referência às demissões no Dnit, incluindo a saída de quatro dos cinco diretores.

Ao ser questionado por Alvaro Dias sobre como avaliava o “modelo promíscuo” de gestão que permite o loteamento de cargos na administração pública, o ministro lamentou não ser a pessoa mais capaz de dar o

diagnóstico pedido e optou por falar de sua própria trajetória de 40 anos como servidor de carreira.

– Minha forma de agir sempre se pautou pelos melhores princípios de conduta ética – afirmou.

Integrantes da base governista se mostraram satisfeitos com as explicações do ministro. Para Humberto Costa (PT-PE), ele respondeu com firmeza, esclarecendo tanto do ponto de vista técnico quanto político os temas propostos.

Apesar das notícias sobre a disposição do PR de deixar a base do governo, o líder do partido na Casa, Magno Malta (PR-ES), manifestou apoio ao ministro. Antes, Paulo Passos, que é filiado ao partido, confirmara que chegou ao cargo a convite da presidente Dilma Rousseff.

A presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou que o ministro, ao aceitar o convite para falar à comissão, atuou

com “boa-fé e respeito”. Lúcia Vânia lembrou que o Senado tem a responsabilidade institucional de exercer papel fiscalizador dos interesses da sociedade brasileira, acrescentando que a audiência representou o fiel cumprimento dessa missão.

Paulo Passos justificou ainda a escolha de Miguel Mário Bianco Maze-la como secretário executivo da pasta. Disse que o conhece há 38 anos e que se trata de profissional correto, “incapaz de praticar ou compactuar com qualquer atitude contra o erário”. Antes, Alvaro Dias lembrou que se tratava do ex-presidente do conselho da Valec, estatal sempre apontada como “foco de desvios”.

Em resposta a Demóstenes Torres (DEM-GO), o ministro negou proximidade com Fernando Cleiton Aguiar, funcionário terceirizado do Dnit citado como integrante de esquema de corrupção.

“Se o senhor estiver correto, a presidente Dilma estaria incorreta ao fazer as demissões”

## Senadores homenageiam Embraer

O Senado vai comemorar amanhã os 42 anos da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), criada em 19 de agosto de 1969 por Ozires Silva, oficial da Aeronáutica e engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O

autor do requerimento é Luiz Henrique (PMDB-SC).

A Embraer fabrica aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares. Ao lado da canadense Bombardier, é a terceira maior produtora mundial de jatos civis, atrás da Airbus e da Boeing.

Com 17 mil empregados (11 mil diretos), é uma das maiores companhias exportadoras do Brasil, em valores absolutos, desde 1999. Detém a maior carteira de pedidos entre os fabricantes de jatos regionais de passageiros, sendo líder

de mercado no segmento de aviões com 70 a 122 assentos.

Sediada em São José dos Campos (SP), tem unidades no Brasil e exterior, inclusive duas joint-ventures: uma na China, a Harbin Embraer, e outra em Portugal, a OGMA.



Presidentes da CRA, CMA e CCT, senadores Acir Gurgacz (E), Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, ouvem o deputado Aldo Rebelo: parlamentar nega que projeto do novo código conceda anistia a desmatador

## Relatores veem problemas, mas creem em consenso para votar

Ao final do debate de ontem, os relatores do projeto no Senado, Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC), apontaram como saldo a delimitação dos pontos divergentes e a confiança na possibilidade de solução para as questões pendentes.

Conforme Luiz Henrique, um dos pontos que devem ser modificados no Senado é o artigo que trata da regularização de atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente (APPs). O artigo, alvo de emenda de última hora na Câmara, foi criticado por diversos senadores, mas eles não adiantaram como pretendem equacionar situações hoje existentes, como plantios em encostas, várzeas e nas margens de rios.

Luiz Henrique também disse acreditar que os senadores devem modificar o projeto para reduzir os casos onde são necessárias regulamentações para a aplicação da lei. Kátia Abreu (DEM-TO), que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), disse que a necessidade de

regulamentação se repete 33 vezes no texto aprovado pelos deputados.

### Segurança jurídica

Outro ponto enfatizado por diversos senadores foi a necessidade de o novo código dar segurança jurídica aos agricultores. Blairo Maggi (PR-MT), por exemplo, considerou necessário retirar do texto qualquer possibilidade de interpretação dúbia. A preocupação também foi destacada por Jorge Viana.

– Devemos agora intensificar os trabalhos para dar segurança jurídica àqueles que querem produzir e também para mostrar ao mundo que o Brasil é um país moderno, que cuida do meio ambiente e da biodiversidade – assinalou Viana, que é relator na CMA.

Luiz Henrique, que é relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), CRA e CCT, frisou que o Senado deve aprovar “uma lei duradoura, que respeite a Constituição”. O senador reafirmou propósito de apresentar seu voto à CCJ na próxima semana.

# Aldo Rebelo admite impasse sobre produção em APPs

Relator do projeto de Código Florestal, deputado disse que regularização de atividades produtivas em áreas de preservação permanente foi decidida no voto, sem acordo prévio

NO DEBATE COM três comissões permanentes do Senado sobre o texto do novo Código Florestal (PLC 30/11), o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) reconheceu não ter sido possível acordo no impasse da regularização de atividades produtivas em áreas de preservação permanente (APPs). Como o texto tramita agora no Senado, ele pediu aos senadores cautela para que seja encontrada uma solução que não prejudique os pequenos produtores.

Relator do projeto na Câmara, Aldo Rebelo participou ontem de debate sobre o assunto em audiência conjunta das comissões de Agricultura (CRA), Meio Ambiente (CMA) e Ciência e Tecnologia (CCT). O deputado explicou que o governo queria incluir no texto final uma lista das atividades que poderiam ser realizadas em APPs, mas ele considerou a solução impraticável, tamanha a diversidade das situações.

Sem acordo, disse, a emenda que trata do tema “foi resolvida no voto”, dando origem ao artigo 8º do projeto. Pelo texto, são permitidas em APPs (áreas de nascentes, margens de rios, encostas de morros, mangues e outras áreas consideradas de interesse ambiental) atividades agrossilvopastoris, que incluem qualquer tipo de plantio agrícola, florestal e criação de animais.

Atualmente, a legislação permite a retirada de vegetação nas

APPs apenas quando for de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, e desde que não haja alternativa. Para Aldo Rebelo, impedir o uso de várzeas e margens de rios, por exemplo, que são classificadas como APPs, inviabiliza as pequenas propriedades.

Aldo Rebelo também disse que a regra atual para manu-

Em todos os demais, afirmou, as áreas protegidas são públicas, sendo as matas nativas preservadas em unidades de conservação, como parques florestais.

O deputado reconheceu a existência de problemas ambientais, mas, para ele, a solução não está na obrigação de manutenção de áreas de reserva legal e de preservação permanente em propriedades rurais.

### Anistia

Em resposta à Ana Amélia (PP-RS), Aldo Rebelo negou que o projeto conceda anistia a agricultores que desmataram ilegalmente.

– Não há anistia, pois não há perdão. O que há é a possibilidade de o agricultor regularizar sua propriedade caso assuma responsabilidade de seguir a legislação – disse.

O deputado negou que o projeto amplie as possibilidades de novos desmatamentos. A preocupação foi manifestada por diversos parlamentares, como Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Petecão (PMN-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

– O que resta de novo desmatamento é exclusivamente o que a lei atual autoriza – frisou o relator. Em sua apresentação aos senadores, Aldo Rebelo foi enfático em afirmar que o projeto aprovado na Câmara “é produto do esforço em assegurar proteção ao meio ambiente e à agricultura”.

A vários senadores preocupados com a questão, deputado negou que proposta amplie desmatamentos

tenção de APPs e de reserva legal coloca na ilegalidade mais de 90% das propriedades rurais brasileiras. Para reverter essa situação, ele defende a flexibilização das regras, para levar “segurança jurídica ao campo”.

– Há uma deformidade na legislação, uma morbidade na legislação, que precisa ser corrigida – continuou, ao defender o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que regulariza atividades agrícolas realizadas em áreas protegidas e, segundo ele, acaba com normas que “infernizam a vida dos agricultores”.

O Brasil, segundo Aldo Rebelo, é o único país que obriga a manutenção de vegetação nativa em propriedades privadas.

## Ex-ministros também vão discutir a reforma

Os senadores das comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT) aprovaram ontem requerimentos para a realização de audiências públicas conjuntas para ouvir ex-ministros da Agricultura e do Meio Ambiente sobre o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11).

Os ex-ministros do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc e Rubens Ricupero devem ser ouvidos na próxima

quarta-feira, às 8h30. José Goldemberg foi convidado, mas ainda não confirmou presença.

Na quinta-feira, devem ser ouvidos os ex-ministros da Agricultura Reinhold Stephanes, Alysson Paulinelli, Francisco Turra e José Eduardo de Andrade Vieira. Ainda serão chamados Marcus Vinicius Pratini de Moraes e Arlindo Porto. Também convidado, Roberto Rodrigues informou que não poderá comparecer ao debate.

As três comissões também discutem o novo Código Florestal com Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Junior, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Renato Valverde, professor da Universidade Federal de Viçosa; e Luís Carlos Silva de Moraes, procurador da Fazenda Nacional e autor do livro *Código Florestal comentado*. A data dessa audiência não foi confirmada.



Luiz Henrique (E) é relator em três comissões e Jorge Viana fará texto na CMA

## Presidentes das comissões defendem mudanças no texto

Os presidentes das comissões envolvidas no exame do novo Código Florestal reafirmaram a importância do debate conjunto.

– Há um avanço no sentido da percepção de que algumas questões não estavam contempladas no relatório que veio da Câmara e que precisarão ser corrigidas ou incluídas no Senado – frisou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA. Para Eduardo Braga (PMDB-

AM), presidente da CCT, os senadores devem enfrentar o desafio de incluir instrumentos para remunerar agricultores que mantiverem áreas florestadas em suas propriedades, o chamado pagamento por serviços ambientais.

Acir Gurgacz (PDT-RO), que preside a CRA, voltou a defender a redução de reserva legal para 50% da área das propriedades na Amazônia, em especial em Rondônia.

Além de escritórios de arquitetura e engenharia, iniciativa inclui desenho industrial, corretagem de imóveis, *design* de interiores e transporte turístico

# Mais cinco atividades poderão ser beneficiadas pelo Simples Nacional

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a ampliação da lista de empresas tributadas pelo Simples Nacional. Além dos escritórios de engenharia e arquitetura – cuja inclusão foi proposta em projeto de lei de Fernando Collor (PTB-AL) –, os prestadores de serviços nas áreas de desenho industrial, corretagem de imóveis, *design* de interiores e transporte turístico passarão a ser beneficiados por esse regime de tributação.

O acréscimo desses últimos quatro setores ao Simples Nacional foi feito por emendas ao projeto apresentadas por Demóstenes Torres (DEM-GO), Francisco Dornelles (PP-RJ) e

Cyro Miranda (PSDB-GO) e pelo então senador Adelmir Santana, que atuou como o primeiro relator da matéria.

Na avaliação de Cyro Miranda, atual relator da proposta na CAE, a medida faz justiça a atividades que exigem conhecimentos técnicos específicos e, por isso, precisam ser valorizadas e profissionalizadas.

“O grande problema consiste, exatamente, na invasão de pessoas despreparadas e na dificuldade que os órgãos fiscalizadores da profissão enfrentam para sanear

o mercado. A possibilidade de que cada atividade se formalize como pessoa jurídica sob o regime do Simples Nacional terá o efeito saneador tão necessário”, assinalou Cyro Miranda no relatório, referindo-se às atividades de corretagem de imóveis e *design*.

Na justificativa do PLS 90/10 – Complementar, Fernando Collor admite que o regime do Simples Nacional – regulado pela Lei Complementar 123/06 – já permite a adesão de empresas ligadas à construção de imóveis e obras de engenha-

ria em geral, bem como à execução de projetos e serviços de paisagismo e de decoração de interiores, mas não permitiria a engenheiros e arquitetos transformarem seus escritórios em micro ou pequenas empresas para que pudessem se beneficiar desse sistema de tributação simplificado.

Na discussão da matéria, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse não ver motivo para discriminação de empresas por ramo de atividade no enquadramento no Simples Nacional.

A matéria segue, agora, para votação no Plenário do Senado, em regime de urgência, conforme requerimento de Gim Argello (PTB-DF).

**Projeto faz justiça a atividades que exigem conhecimentos específicos, diz Cyro Miranda**



Aprovada pela CAE, em reunião presidida por Delcídio do Amaral, proposta sobre o Simples Nacional será agora votada pelo Plenário, em regime de urgência

## Projeto fixa normas para a transição de poder no Executivo

Proposta que estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para os períodos de mudança de governo federal, estaduais e municipais foi aprovada ontem pela CAE.

O PLS 42/09, do então senador e atual governador capixaba Renato Casagrande, traça o rol de informações mínimas a serem disponibilizadas, como dados bancários, recursos federais contemplados na lei do

plano plurianual, contratos e convênios. Também determina como deverão ser constituídas as equipes de transição e quais serão suas atribuições.

No projeto, Casagrande explica que pretende repercutir em todo o país, especialmente nos pequenos municípios, o que já acontece em escala federal. “Movidos por inclinações políticas por vezes hostis, ou mesmo induzidos por graves fragilidades nos controles internos e

administrativos, muitos titulares políticos obstaculizam as ações do novo mandatário que irá substituí-los, fazendo com que os entes públicos percam muitos de seus já escassos recursos em impasses administrativos”, afirma o texto.

Frequentemente, completa Renato Casagrande, tais impasses prejudicam as obrigações de prestações de contas de transferências, podendo até mesmo impedir recebimento

de novos recursos destinados à população.

O relator, Ivo Cassol (PP-RO), elogiou a proposta, mas observou que alguns dispositivos tinham redação dúbia. Por isso, apresentou duas emendas para evitar o que chamou de “invasão da competência legislativa de cada um dos entes federados”.

A matéria ainda será votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

## Senado discute crise mundial com Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima terça-feira para discutir com os senadores a crise econômica internacional.

Mantega, que atenderá a pedido de Francisco Dornelles (PP-RJ) e Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente do colegiado, vai abrir um ciclo de debates da comissão.

No dia 30, deve comparecer à CAE o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para analisar as medidas adotadas pelo governo no âmbito do plano Brasil Maior.

## Comissão debate partilha de royalties

A repartição dos royalties do petróleo deverá ser discutida em uma série de audiências públicas com a presença de representantes de municípios, de estados e da União. Os debates serão promovidos pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Os senadores Humberto Costa (PT-PE), Walter Pinheiro (PT-BA) e Delcídio do Amaral (PT-MS) são os autores do requerimento para os debates, aprovado ontem pela CAE.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, deverá dar início ao ciclo. O roteiro das reuniões deverá ser aprovado pela CAE na próxima terça-feira, antes da audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que vem ao colegiado falar sobre a crise financeira internacional.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Inácio Arruda • José Pimentel • Eunício Oliveira • Marta Suplicy • José Sarney • Cyro Miranda • Pedro Taques

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Marcio Maturana, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Músicos ouvidos pela CPI admitem que atuação do Ecad aumentou a arrecadação, mas alertam que isso não afasta a necessidade de investigá-lo



Representantes de associações, Mário Henrique Oliveira (E) e Marcel Camargo de Godoy são observados na mesa da CPI do Ecad pelos senadores Lindbergh e Randolfe, além dos músicos Leoni e Frank Aguiar

## Leoni e Frank Aguiar rejeitam fechamento do Ecad

APESAR DE NÃO se sentirem representados como autores musicais pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), os cantores e compositores Leoni e Frank Aguiar discordam de um eventual fechamento da entidade.

Eles informaram essa opinião ontem ao presidente e ao relator da CPI do Ecad, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ), que comandam a investigação parlamentar sobre supostas irregularidades no processo de arrecadação e distribuição de verbas de direito autoral pela entidade.

Inicialmente, Leoni reclamou que as decisões do Ecad vêm beneficiando editoras e gravadoras em detrimento dos autores. O músico chegou a reivindicar um órgão de fiscalização e

regulação do direito autoral para substituir a “estrutura engessada” da entidade.

Pouco depois, questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Leoni admitiu que a atuação do Ecad ajudou a ampliar a arrecadação do direito autoral, pois, segundo ele, seria impossível um artista cobrar sozinho pelos seus direitos em todo o país.

– Hoje, eu recebo mais dinheiro do que recebia com o Kid Abelha. Se eu tenho uma vida confortável, devo em parte ao Ecad – reconheceu o músico.

### Punição para fraudes

Leoni ressaltou, entretanto, que esse reconhecimento não livraria a entidade de ser investigada e punida por fraudes e de ser obrigada a corrigir eventuais injustiças em seu estatuto.

Frank Aguiar também defendeu a apuração de denúncias contra o Ecad pela CPI do Senado, mas teme que esse trabalho leve à desativação da entidade, única estrutura de arrecadação de direito autoral no país.

– O Ecad tem eficiência para cobrar, mas não sei se tem a mesma eficiência para pagar. Eu me sinto “órfão” ao ser representado pela entidade – desabafou, observando que a entidade rejeita a eventual criação de um órgão regulador na área de direito autoral.

Ex-presidente da Associação dos Compositores e Intérpretes Musicais do Brasil (Acimbra) – hoje extinta –, Frank Aguiar aproveitou para convocar artistas brasileiros a conhecerem mais da gestão de direito autoral no país.

### Associações de músicos revelam motivos de descredenciamento

Representantes da Associação de Titulares de Direitos Autorais (Atida) e da Associação de Intérpretes e Músicos (Assim) também compareceram à CPI do Ecad, para esclarecer os motivos que levaram ao seu descredenciamento da entidade. Segundo o músico Mário Henrique Oliveira, representante da Atida, a associação foi excluída do Ecad em 2006 sob a alegação de ter se envolvido em irregularidades com fonogramas do cantor Xandy, do Harmonia do Samba. Oliveira apontou problemas no registro legal

do Ecad e acusou desconhecimento irregular de dinheiro de associados da Atida após o descredenciamento.

Representante da Assim, o advogado Marcel Camargo de Godoy pediu cautela na apuração das denúncias contra o Ecad, “pois o efeito dominó da inadimplência pode ser um problema para os artistas”.

Ele defendeu que, em paralelo à investigação de fraudes no Ecad, se fiscalizem as instâncias que burlam o pagamento dos direitos autorais.

A comissão volta a se reunir na próxima quarta-feira.

## Exigência de concurso para estágio no serviço público

A administração pública só poderá contratar estagiários por meio de seleção pública de provas, amplamente convocada por edital. É o que prevê projeto de lei da senadora Marinor Brito (PSOL-PA) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria ainda depende de deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo. Se aprovada, poderá ser encaminhada a votação da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para exame pelo Plenário.

O ingresso do estagiário, de acordo com a proposta (PLS 17/11), deverá obedecer rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos. A intenção da autora é proteger os processos de escolha de estagiários da prática da

indicação pessoal. Na justificativa do projeto, ela destaca que a impessoalidade e a publicidade estão entre os princípios constitucionais que devem ser seguidos pela administração pública, incluindo a seleção de estagiários.

O relator da matéria na CE, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou que o projeto é vantajoso do ponto de vista da educação ao privilegiar o esforço individual e o mérito. Conforme observou, as indicações de pessoas costumam beneficiar quem possui redes de contato na administração pública.

Pelo projeto, a seleção pública de estagiário deve ser adotada pela administração pública direta, autarquias e fundações do Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive dos estados e dos municípios.

## Graduação em Serviço Social a distância

Os cursos de graduação em Serviço Social por meio de educação a distância serão discutidos em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta foi feita pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que disse estar preocupado com as exigências do Conselho Nacional de Serviço Social para inscrição dos profissionais que se formam nessa modalidade.

– Muitos estudantes se formam no curso de Serviço Social por educação a distância e não conseguem se inscrever como profissionais no conselho – disse.

A comissão também vai discutir o financiamento da educação, bem como projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que destina 50% dos recursos do fundo do pré-sal (PLS 138/11) para a área. A requerimento do presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), foi aprovada moção de apoio à campanha do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para incentivar ações de fomento ao setor museológico e pôr o tema em evidência no Senado.

## FGTS poderá ser usado para pagamento de ensino técnico

O uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de matrícula e mensalidades em escolas técnicas profissionalizantes, bem como dívidas do trabalhador, é objetivo de uma das 16 proposições que estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h.

Conforme o substitutivo do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) ao projeto (PLS 137/11) de Aloysio Nunes (PSDB-SP), o saque somente poderá ser autorizado para custear gastos com educação no caso de o trabalhador ter renda de até cinco salários mínimos e contar pelo menos com três anos de trabalho sob regime do FGTS.

Para pagar dívidas, o saque do FGTS somente será autorizado mediante transferência direta dos recursos da conta

vinculada do trabalhador para a conta do respectivo órgão público credor ou ainda para a conta bancária indicada pelo credor privado, na forma de regulamento.

Também está na pauta substitutivo de Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao PLS 535/09, que pretende simplificar o pagamento, hoje facultativo, do FGTS pelo empregador doméstico. A mudança consiste em possibilitar o recolhimento conjunto do FGTS e das contribuições sociais pelo empregador e pelo empregado num único formulário, via internet.

Outra proposta que também poderá ser examinada hoje pela CAS concede ao empregado doméstico o direito a salário-família, na proporção do número de filhos, como já é devido aos demais trabalhadores.

## Subcomissão debate direitos sexuais e reprodutivos da mulher

Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres serão discutidos amanhã, às 9h, pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ao sugerir o debate, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) propôs convidar representantes de seis movimentos: da Articulação de

Mulheres Brasileiras (AMB); da Marcha Mundial das Mulheres; das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro; da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores; da União Brasileira de Mulheres (UBM); e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag).



Senador Roberto Requião (E), ao lado de Paulo Bauer, quer incentivo a museus

Representantes do Programa Calha Norte e da empresa Itaipu Binacional mostram, em subcomissão do Senado, que é possível contribuir de forma mais decisiva para o crescimento econômico e social dos municípios mais distantes

## Projetos comprovam estímulo ao desenvolvimento nas fronteiras

EM UM EXTREMO do país, a construção de uma escola municipal em Bonfim (RR), às margens do rio que separa o Brasil da Guiana. No outro, o início das obras do futuro *campus* da Universidade da Integração Latino-americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), junto ao Paraguai e à Argentina. As duas iniciativas foram citadas como exemplos de promoção de desenvolvimento em regiões de fronteira, durante audiência pública ontem na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

As novas escolas em municípios como Bonfim e Parintins (AM) fazem parte da vertente civil do Programa Calha Norte, como expôs o gerente do programa, Roberto de Medeiros Dantas, aos integrantes da subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e presidida pelo



Roberto Dantas, gerente do Calha Norte (E), Mozarildo Cavalcanti e Herlon Goelzer, da Itaipu Binacional

senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). No Orçamento da União deste ano, informou, existem R\$ 68 milhões destinados a ações militares do programa e R\$ 416 milhões para atividades civis.

Estabelecido há pouco mais de 25 anos, o Calha Norte baseia-se no binômio "desenvolvimento e segurança", como

relatou o gerente do programa, que atua em seis estados que possuem 10.938 quilômetros de fronteiras com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Entre as ações militares do programa, estão a construção de unidades militares, a manutenção de aeródromos em pelotões de fronteira e a adequação de embarcações para controle da navegação fluvial. A construção de escolas e centros de saúde está entre as ações civis que têm recebido o apoio de parlamentares por meio de emendas ao Orçamento da União.

— O Calha Norte é um exemplo de como investir na faixa de fronteira, mantido basicamente por emendas parlamentares, tão criticadas pela imprensa — disse Mozarildo, após ouvir a exposição.

### Itaipu

No outro extremo do país, a empresa Itaipu Binacional — res-

ponsável pela gestão da hidrelétrica de Itaipu — tem procurado fugir do antigo modelo de atuação de empresas do setor, que "pouco olhavam para o seu entorno", como definiu Herlon Goelzer de Almeida, assessor da diretoria.

Ele citou como exemplo desse esforço o início da construção da Unila, localizada em terreno cedido pela empresa e que conta com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer. A nova universidade, quando pronta, oferecerá vagas para 10 mil estudantes, dos quais 5 mil serão brasileiros e 5 mil de outros países da América Latina.

O assessor mencionou também a "cooperação direta" de Itaipu com os governos da Argentina e do Paraguai, além dos governos provinciais desses dois países. As ações conjuntas, como informou, envolvem o setor de saúde, onde há problemas comuns aos três países, como a dengue.

## Mozarildo quer fonte confiável de energia para RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) mostrou preocupação com o fato de a energia elétrica que abastece Roraima vir da Venezuela e defendeu o uso de fontes de energia confiáveis para o estado. A linha de transmissão de energia elétrica do país vizinho para Roraima completou dez anos neste mês.

— Se amanhã qualquer problema acontecer na Venezuela, nós podemos entrar num verdadeiro apagão de energia, portanto é muito importante que nós tenhamos estrategicamente dentro do estado uma fonte de energia confiável — alertou.

Mozarildo salientou que projeto de decreto legislativo (PDS 434/06), de sua autoria, autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos da Cachoeira do Tamanduá, na região do rio Cotingo, e já foi aprovado pelo Senado, mas ainda tramita na Câmara. A autorização é necessária porque a região é demarcada como terra indígena. Sobre a instalação de usinas na Guiana e a importação de energia pelo Brasil, discutidas pelos governos dos dois países, o senador sugere que "poderíamos ter uma usina em Roraima e exportar energia para a própria Guiana".



Senador diz que ex-governador construiu bases do estado do Amapá

## Geovani pede voto de pesar por Annibal Barcellos

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) propôs voto de pesar pela morte do ex-governador do Amapá Annibal Barcellos, morto no último domingo, aos 93 anos, em Macapá, vítima de insuficiência respiratória.

O parlamentar destacou a atuação do "Comandante Barcellos", como era conhecido, na preparação da infraestrutura urbana do então território do Amapá para sua transformação em estado, o que ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que o ex-governador teve "atuação importantíssima" na transformação do território em estado.

Sarney destacou ainda que Annibal Barcellos foi responsável pela construção de grandes obras de infraestrutura.

Comunicação UNILA



Obras do *campus* na Unila, em Foz do Iguaçu (PR): terreno cedido pela Itaipu

## Região do Cariri é exaltada no centenário de Juazeiro do Norte

"A grande contribuição do Cariri para o mundo e para o Brasil não se dá pela cultura letrada e o vigor da economia da região, mas pelos tesouros valiosos da cultura popular local, que possibilitam o renascimento artístico, que vem a ser a síntese e o ensaio da brasilidade, aberto ao universal."

A afirmação foi feita pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) na homenagem aos 100 anos de emancipação do município de Juazeiro do Norte, comemorados ontem em Plenário.

Os 100 anos de emancipação do município, ressaltou Inácio Arruda, também são marcados pela Universidade Federal do Cariri, cuja criação foi anunciada pela presidente Dilma Rousseff. A universidade terá como sede a cidade de Juazeiro do Norte, com *campi* em Barbalha, Crato, Brejo Santo e Icó.

Em seu discurso, Inácio Arruda disse que homenagear Juazeiro do Norte também significa prestar homenagem ao Padre Cícero Romão Batista (o primeiro prefeito da cidade) e ainda aos reisados, aos tocadores de pífanos, aos mestres rabequeiros, às romarias, à força do simbolismo, aos encantos da

Floresta Nacional do Araripe, a primeira instituída pelo governo brasileiro no 2º Império, e a muitas outras manifestações culturais locais.

O senador destacou também que Juazeiro do Norte foi o primeiro distrito cearense a fazer alforria de seus escravos. Explicou ainda que o nome do município homenageia o juazeiro, que é uma das árvores mais resistentes da Caatinga.

Juazeiro do Norte, acrescentou Inácio, é hoje a terceira cidade mais populosa do Ceará, com quase 250 mil habitantes. O artesanato e a ourivesaria são atividades fortes do município,

maior polo calçadista do Norte e Nordeste e o terceiro do Brasil.

Para José Pimentel (PT-CE), a criação da Universidade Federal do Cariri irá ampliar a oferta de educação de qualidade ao povo cearense. O senador lembrou que o binômio formação-trabalho sempre esteve na base da formação da sociedade de Juazeiro do Norte, ressaltando que a criação de pequenos empreendimentos era estimulada pelo Padre Cícero, que recomendava a seus seguidores: "Em cada sala, um altar; em cada quintal, um negócio".

Já o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) lembrou que todos

os cearenses torcem atualmente pela beatificação do Padre Cícero, como resultado de um processo de reabilitação eclesial do religioso que tramita no Vaticano. Ele informou que Juazeiro do Norte é hoje um dos maiores centros de peregrinação e religiosidade popular da América Latina, graças à figura do Padre Cícero.

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) enalteceu a região de Juazeiro do Norte, prestando homenagem à colônia nordestina no Amapá. Ele destacou que o município abriga avançado parque industrial, além de grandes festas anuais.



Inácio Arruda discursa na sessão de ontem: Juazeiro do Norte, no coração do Cariri, mostra força econômica e cultural